



## Especialistas criticam maniqueísmo em debate sobre segurança na web

O debate sobre o acesso a dados na internet ocorre de forma maniqueísta, e o caminho é uma legislação global para regular o assunto. Essas foram algumas das opiniões de especialistas em evento para discutir as relações entre Direito e internet, promovido pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Para o advogado Davi Tangerino, que representa o WhatsApp em casos criminais no Brasil, o debate sobre o acesso aos dados transmitidos por aplicativos está ocorrendo antes de a falta de infraestrutura investigativa e legislativa brasileira ser discutida, o que torna o diálogo improdutivo.

Ele complementou que a divisão entre segurança e privacidade é “um falso dilema, pois parte de uma premissa de que exista a sociedade de um lado e o cidadão mal do outro” — algo que esconde a complexidade do debate. Ele citou como exemplo as críticas que a criptografia sofre das forças de segurança, ao mesmo tempo em que o recurso é utilizado pelo Estado.

Para Tangerino, o aumento da presença estatal na internet por motivos de segurança só pode ocorrer se vier acompanhado de um mecanismo de fiscalização do próprio Estado. “O Marco Penal da Internet ( [Lei Carolina Dieckmann – 12.737/2012](#)) surgiu antes do Marco Civil”, criticou o advogado, que cobra uma reavaliação do sistema de investigação brasileiro.

A procuradora Melissa Blagitz concordou com os riscos da divisão maniqueísta, mas ponderou que a proteção de dados pelas empresas é algo de momento e que elas não podem ser vistas como protetoras da privacidade. “Elas vão na ‘onda’ que gerar mais lucro”, alfinetou.

O debate também teve a participação do desembargador federal Fausto de Sanctis, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Todos concordam que as regras são ineficientes por serem elaboradas em âmbito local, enquanto a internet tem caráter mundial.

Tangerino argumentou que a questão da territorialidade é essencial para tratar do tema, mas que não há nenhum movimento efetivo para aprovar mudanças. Já Melissa Blagitz também não vê uma solução rápida e fácil para esse problema, mas sugeriu que regras mais gerais poderiam ajudar o Direito a acompanhar, mesmo que minimamente, as mudanças rápidas que ocorrem na internet.

Para Fausto de Sanctis, o caminho para a solução é uma legislação global, que deverá ser discutida cedo ou tarde. “Os efeitos da internet são internacionais, por isso não se deve dar soluções domésticas.”

### Date Created

21/08/2016